

RELATÓRIO DE GESTÃO



PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020

Índice

1 – Introdução	3
2 - Organização Municipal.....	6
3 - Recursos Humanos	10
4 – Fundos Comunitários	15
5 - Síntese das Atividades Municipais.....	17
6 –Despesas efetuadas no âmbito do COVID-19	30
7 - Análise Orçamental.....	31
7.1- Orçamento da Receita e da Despesa – Modificações	31
7.2- Execução e evolução da Receita	32
7.3 - Execução e evolução da Despesa	37
7.4 - Grandes Opções do Plano	39
7.5 - Resultados Orçamentais.....	40
8 - Análise Económico-Financeira.....	41
8.1 - Análise ao Balanço	41
8.2 - Demonstração de Resultados.....	42
9 – Aplicação de Resultados.....	45
10 - Cumprimentos Legais da Despesa	46
11 – Contabilidade de gestão.....	50

1 – INTRODUÇÃO

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro aprovou e estabeleceu a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) a partir do dia 1 de janeiro de 2018, atendendo à redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Todavia, o artigo 98.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para o ano de 2019 e após terem já existido várias prorrogações de prazo, para a sua aplicação), conjugado com o artigo 86.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019 estabeleceu uma prorrogação da entrada em vigor do SNC-AP para as entidades da administração local para 1 de janeiro de 2020.

Deste modo, a prestação de contas do ano de 2020 segue os preceitos constantes do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro que aprovou a entrada em vigor do SNC - AP.

Com a aprovação do SNC-AP visou-se promover a harmonização ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, de forma individual e consolidada, para aumentar o alinhamento entre contabilidade pública e contas nacionais e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores, através de um sistema de informação contabilístico que fornece os relatórios orçamentais e financeiros que as administrações públicas necessitam.

Os objetivos do SNC-AP (conforme artigo 6.º do Decreto-Lei que o aprova), sugerem que este permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação.

Em cumprimento do disposto no constante da al. (d) do Anexo III, 1 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC - AP apresenta-se o presente relatório de gestão que acompanha a contas individuais do ano de 2020 do Município de Tábua, visando complementar as informações constantes das demonstrações financeiras e orçamentais, nos termos do plasmado na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental e NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Com efeito, a NCP 1 prevê um conjunto de demonstrações financeiras:

- Um balanço;
- Uma demonstração dos resultados por natureza;
- Uma demonstração das alterações no património líquido;
- Uma demonstração de fluxos de caixa; e
- Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental prevê um conjunto de demonstrações orçamentais de relato:

- Uma demonstração do desempenho orçamental;
- Uma demonstração de execução orçamental da receita;
- Uma demonstração de execução orçamental da despesa;
- Uma demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- O anexo às demonstrações orçamentais.

Sem prejuízo do aludido e considerando que os Municípios são uma entidade sujeita à jurisdição e aos poderes do Tribunal de Contas, a prestação de contas do Município de Tábua observa o disposto na Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, designadamente a informação constante no anexo A.1: SNC-AP — Regime integral, anexo A.4 SNC -AP — Documentos genéricos e anexo A.5 SNC -AP — Documentos específicos para a Administração Local.

Atente-se que por força do plasmado no n.º 2, do artigo 132.º da Lei n.º 75 – B/2020 de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento de Estado para 2021, a calendarização da apreciação de contas foi alterada – “Na administração local, a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 pode ser efetuada até 31 de maio de 2021, considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico.”

Por outro lado, a al. b), do artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 6 – D/2021 de 15 de janeiro veio prorrogar o prazo dos regimes excecionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID – 19 permitindo que as entidades abrangidas pela obrigatoriedade de envio de contas ao Tribunal de Contas as pudessem remeter a esta entidade até 30 de junho de 2021.

O n.º 7 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, alterado pela Lei n.º 13-B/2021, de 5 de abril, preconiza que “para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 132.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, a prestação de contas nas reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos das autarquias locais previstas para o mês de abril pode realizar-se até ao dia 30 de junho de 2021.”

Perante este enquadramento legal, a Direção – Geral das Autarquias Locais (DGAL) emitiu nota informativa e esclarecimento adicional sobre a prestação de contas, elucidando em matéria de apreciação e aprovação dos documentos de prestação de contas, considerando as disposições legais supramencionadas, sendo que os prazos são ajustados de acordo com o seguinte:

- “Aprovação das contas, por parte do órgão executivo, poderá ocorrer até 31 de maio;
- Apreciação e votação das contas, por parte do órgão deliberativo, poderá ocorrer até 30 de junho;
- O envio da prestação de contas ao Tribunal de Contas, poderá ocorrer até 30 de junho;
- A reunião ordinária de abril não será de realização obrigatória, devendo, no entanto, realizar-se caso outros assuntos assim o justifiquem.”

Independentemente da apreciação por parte da Assembleia Municipal, os documentos de prestação de contas serão, nos termos da Lei, remetidos para as seguintes entidades:

- Tribunal de Contas até 30 de junho, por força da al. b), do artigo 2.º do Decreto – Lei n.º 6 – D/2021 de 15 de janeiro que veio prorrogar o prazo dos regimes excecionais de medidas aplicáveis às autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID – 19
- Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) até 10 dias após a sua aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual.

2 - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Em 1 de outubro de 2017 foram realizadas Eleições Autárquicas.

De seguida, apresentamos a constituição da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, após as referidas eleições.

CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Tábua foi instalada a 15 de outubro de 2017.

Nela estão representados dois partidos políticos (PS e PPD/PSD).

É constituída por:

Presidente da Câmara Municipal de Tábua

Mário Almeida Loureiro (PS)

Vice-Presidente

Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz (PS)

Vereador

António Manuel Fonseca Oliveira (PS)

Vereadora em Regime de Meio Tempo

Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho (PS)

Sem Regime de Permanência

Vereador

Joaquim Manuel da Fonseca Garcia (PPD/PSD)

Vereador

António Luís da Silva Martins (PPD/PSD)

Vereador

Carlos Alberto dos Santos (PPD/PSD)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal de Tábua foi instalada a 15 de outubro de 2017. Nela estão representados três partidos políticos (PS, PPD/PSD e CDU PCP-PEV). Fazem também parte da Assembleia Municipal, todos os presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Tábua.

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente: Nuno Paulo Silva Cruz Tavares (PS)

1º Secretário: João Luiz Alves Fiúza (PS)

2º Secretário: Maria Dulce Garcia Coimbra (PS)

Restantes Membros:

Maria do Rosário Costa e Silva Lopes da Fonseca (PPD/PSD)

Olga Mafalda da Cruz Nunes (PS)

Nuno Duarte Abranches Pinto (PPD/PSD)

Francisco Ivo de Lima Portela (PS)

Rui Brito Pereira (PS)

Vítor Hugo Rodrigues de Melo (PPD/PSD)

Alexandra Marisa Pereira Leal Martins (PPD/PSD)

Ana Marta Santos André de Lima (PS)

Sandra Cristina Brito da Fonseca Marques Correia (CDU/PCP-PEV)

Amadeu Alves (PS)

Isidro Alves (PPD/PSD)

Luís Miguel Santos Pereira (PS)

Lúcia Paula Costa Cabral (PS)

José Manuel Antunes (PPD/PSD)

Pedro José Pereira Cardoso (PS)

Rui Manuel Dias da Silva (PS)

Sr. Rogério Dias - veio substituir a Eng.ª Cátia Filipa Sobral Ribeiro (PSD)

Sra. Dra. Susana Margarida Macedo Mendes - veio substituir o Senhor António Alves dos Santos (PS)

MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL POR INERÊNCIA - NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DA JUNTA

União das Freguesias de Ázere e Covelo – Isabel Maria Castanheira Dinis de Oliveira Lourenço (PS)

Freguesia de Candosa – Carlos Alberto Marques da Fonseca (PS)

Freguesia da Carapinha – Rogério Manuel Lopes Neves (IND)

União das Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha – João Nuno Fonseca Borges de Brito (MIUFM)

União das Freguesias de Espariz e Sinde – José Augusto Pereira Dias (PS)

União das Freguesias de Pinheiro de Coja e Meda de Mouros – João Manuel Oliveira Moura (PS)

Freguesia de Midões – José Alberto Pereira (PS)

Freguesia de Mourinho – António Domingos Santos Gouveia (PS)

Freguesia de Póvoa de Midões – Susana Filipa Pereira de Oliveira (PS)

Freguesia de São João da Boavista – Marisa Isabel Martins Bernardo (PS)

Freguesia de Tábua – Francisco José Martins Pais (PS)

JUNTAS DE FREGUESIA

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ÁZERE E COVELO

Presidente: Isabel Maria Castanheira Diniz Oliveira Lourenço

Secretário: Ricardo Nuno Antunes Carvalho

Tesoureiro: Fátima da Conceição Pedrosa Mendes Costa Dias

FREGUESIA DE CANDOSA

Presidente: Carlos Alberto Marques da Fonseca

Secretário: José Silva Cardoso

Tesoureiro: Carlos Alberto Gonçalves Ferreira

FREGUESIA DA CARAPINHA

Presidente: Rogério Manuel Lopes Neves

Secretário: Olinda Maria Martins Rodrigues

Tesoureiro: Anabela Antunes Oliveira Cordeiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE COVAS E VILA NOVA DE OLIVEIRINHA

Presidente: João Nuno Fonseca Borges de Brito

Secretário: António Gomes da Cruz

Tesoureiro: Jorge Manuel Fonseca Silva

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPARIZ E SINDE

Presidente: José Augusto Pereira Dias

Secretário: Bruno Filipe Gameiro Simões

Tesoureiro: Fernando Manuel de Brito Gameiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PINHEIRO DE COJA E MEDA DE MOUROS

Presidente: João Manuel Oliveira Moura

Secretário: Marta Sofia Martins Abreu Oliveira

Tesoureiro: Bruno Gonçalo Gil Santos

FREGUESIA DE MIDÕES

Presidente: José Alberto Pereira

Secretário: Paulo Jorge Pereira Portugal

Tesoureiro: Cristina Alexandra Morais Borges Tavares

FREGUESIA DE MOURONHO

Presidente: António Domingos Santos Gouveia

Secretário: Maria Margarida Dinis dos Santos

Tesoureiro: José Augusto Benido Nunes

FREGUESIA DE PÓVOA DE MIDÕES

Presidente: Susana Filipa Pereira de Oliveira

Secretário: José Ângelo Pires de Oliveira

Tesoureiro: Fátima Sofia Jorge Ribeiro

FREGUESIA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Presidente: Marisa Isabel Martins Bernardo

Secretário: João Vitor Marques Nunes

Tesoureiro: Albertino Correia da Costa

FREGUESIA DE TÁBUA

Presidente: Francisco José Martins Pais

Secretário: José António Nunes

Tesoureiro: Aníbal Jorge Rodrigues Pais

3 - RECURSOS HUMANOS

Neste ponto analisa-se a evolução dos recursos humanos do Município durante o ano de 2020, recorrendo à comparação dos dados dos últimos 3 anos.

Esta análise contempla, para além dos trabalhadores em regime de contrato de trabalho, também o pessoal nomeado em cargos afetos aos Gabinetes de Apoio do Presidente e da Vereação.

A informação prestada apoia-se nos reportes efetuados pela subunidade de Recursos Humanos à Direção-Geral da Administração Local, que se encontram legalmente previstos, nomeadamente os Balanços Sociais:

Evolução dos Recursos Humanos do Município de Tábua (2018-2020)

Ao nível da evolução dos Recursos Humanos, o ano de 2020 fica marcado pela concretização da transferência de competências da Administração Central para a Administração Local, prevista na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, operada nos termos do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, no âmbito da educação.

Dessa concretização, resultou a integração de cerca de 60 trabalhadores/as do Agrupamento de Escolas de Tábua no Mapa de Pessoal do Município de Tábua, nas carreiras de Assistente Técnico e Assistente Operacional, com efeitos a 1 de setembro.

Considerando o supra referido, apresenta-se a evolução dos recursos humanos do Município de Tábua no período entre 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2020.

Pessoal Dirigente:

Cargo Dirigente	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Direção Intermédia de 2º Grau	3	3	3	3	0,00%
Direção Intermédia de 3º Grau ou Superior	0	0	0	0	0,00%
Total	3	3	3	3	0,00%

Tabela 1 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

Sem qualquer tipo de alteração no período em análise.

Pessoal Técnico Superior:

Técnicos Superiores	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Funções Gerais	25	34	37	37	48,00%
Afetos à Educação	5	5	5	5	0,00%
Total	31	39	42	42	35,48%

Tabela 2 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

Relativamente ao pessoal técnico superior, desde 2018 tem-se vindo a assistir a um aumento gradual, que teve a sua maior expressão no ano de 2018, devido ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, doravante designado por PREVP.

O ano de 2020 terminou sem qualquer alteração ao número Técnicos Superiores relativamente ao ano de 2019.

Pessoal Assistente Técnico:

Assistentes Técnicos	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Funções Gerais	24	25	25	24	0,00%
Afetos à Educação	0	0	0	12	1200,00%
Total	24	25	25	36	50,00%

Tabela 3 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

Este grupo profissional teve uma evolução muito estável até ao ano de 2019, quebrada pela mobilidade de 12 trabalhadores/as integrados na carreira em apreço, resultado da transferência de competências para o Município de Tábua no âmbito da educação.

Pessoal Assistente Operacional:

Assistentes Operacionais	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Funções Gerais	65	86	80	78	20,00%
Afetos à Educação	19	37	45	93	89,47%
Total	84	123	125	171	103,57%

Tabela 4 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

É neste grupo de pessoal onde se tem verificado as maiores oscilações, com principal incidência nos anos de 2018, derivado ao PREVP e 2020 motivado pela transferência de competências para o Município de Tábua no âmbito da educação.

O ano de 2020 culminou com um aumento em mais 46 Assistentes Operacionais relativamente ao ano de 2019.

Pessoal em Carreiras Especiais ou Não Revistas e Pessoal do GAP e GAV:

Carreira	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Informática	1	2	2	2	100,00%
Fiscal	1	1	1	2	100,00%
Docente	6	5	5	5	-16,67%
GAP/GAV e Outros	4	4	4	4	0,000%
Total	12	12	12	13	8,33%

Tabela 5 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

Neste grupo, no período em análise verifica-se um ligeiro aumento de pessoal ao serviço.

Total de Recursos Humanos:

	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Funções Gerais	124	155	152	160	29,03%
Afetos à Educação	30	47	55	105	350,00%
Total	154	202	207	265	72,08%

Tabela 6 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018, 2019 e 2020)

Desde janeiro de 2018 até dezembro de 2020, os recursos humanos ao serviço do Município de Tábua apresentam os seguintes resultados:

- Aumento de 72,08% do universo total de trabalhadores;
- Aumento de 29,03% do pessoal afeto às funções gerais;
- Aumento de 350,00% do pessoal afeto à educação.

Em relação à totalidade dos Recursos Humanos, apresenta-se em seguida a sua desagregação por efetivos segundo o escalão etário.

Contagem de Efetivos por Escalão Etário:

Carreira / Categoria		Escalões Etários						
		20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	Total Geral	
Dirigentes Intermédios		2018	0	0	3	0	0	3
		2019	0	0	3	0	0	3
		2020	0	0	3	0	0	3
Carreira Gerais	Técnicos Superiores	2018	2	16	15	5	1	39
		2019	1	15	18	7	1	42
		2020	1	11	20	9	1	42
	Assistentes Técnicos	2018	0	5	10	5	5	25
		2019	0	4	11	5	5	25
		2020	0	5	15	9	7	36
	Assistentes Operacionais	2018	4	21	35	49	14	123
		2019	4	18	37	52	14	125
		2020	2	19	52	70	28	171
Informática		2018	0	0	1	1	0	2
		2019	0	0	1	1	0	2
		2020	0	0	1	1	0	2
Outras (GAP + GAV + Carreiras Não Revistas)		2018	0	3	4	1	2	10
		2019	0	3	4	1	2	10
		2020	0	3	5	1	2	11
Total		2018	6	45	68	61	22	202
		2019	5	40	74	66	22	207
		2020	3	38	96	90	38	265
Representatividade (%)		2018	2,97%	22,28%	33,66%	30,20%	10,89%	100%
		2019	2,42%	19,32%	35,75%	31,88%	10,63%	100%
		2020	1,13%	14,34%	36,23%	33,96%	14,34%	100%

Tabela 7 – Fonte: Balanço Social (2018, 2019 e 2020)

À semelhança dos anos transatos, no ano de 2020, a maioria dos trabalhadores (36,75%), enquadram-se na faixa etária entre 40 e 49 anos.

O intervalo etário dos 20 aos 29 anos voltou a ter uma ligeira redução, ficando-se com uma representação singela de 1,13% da totalidade dos/as trabalhadores/as.

Ainda de referir que os intervalos etários dos 50 aos 59 anos e dos 60 aos 69 anos, sofreram novo aumento, representando agora 33,96% e 33,98% dos/as trabalhadores/as.

Daqui poderemos concluir que, à semelhança do que se passa no geral em Portugal, também temos vindo a assistir a um envelhecimento gradual da população trabalhadora do Município de Tábua, considerando o ano de 2020 terminou com uma representatividade de 48,30% de

trabalhadores/as com mais de 50 anos de idade, ou seja, quase metade do universo de trabalhadores/as pertencentes ao Mapa de Pessoal do Município de Tábua.

Com vista ao combate ao desemprego, o Governo, através do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) tem aprovado medidas de emprego e inserção profissional, às quais o Município de Tábua também tem vindo a recorrer.

Se por um lado estas medidas permitem ao Município assumir o seu papel social na comunidade, proporcionando rotinas de trabalho a pessoas em situação de desemprego e carência, por outro lado, estas medidas permitem também ao Município colmatar algumas necessidades esporádicas de recursos humanos, com principal enfoque nas atividades no âmbito da educação.

Colaboradores inseridos nas medidas de emprego e inserção profissional:

Medidas de Inserção Profissional	01/01/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	Variação 2018-2020
Contrato Emprego Inserção	27	17	24	33	22,22%
Estágios Profissionais Financiados	0	0	0	0	0,00%
Total	27	17	24	33	22,22%

Tabela 8 – Fonte: Mapas Internos de Controlo dos Recursos Humanos (2018, 2019 e 2020)

Formação (2018-2020):

Consideramos a formação como fundamental para a evolução dos recursos humanos e consequente melhoria na produtividade e qualidade do trabalho.

Os dados constam do Balanço Social, que têm como referência o dia 31 de dezembro do respetivo ano.

Volume de formação por cargo/função (horas):

Cargo/ Ano	Direção Intermédia	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
2018	170,50	957,00	323,50	42,00	37,50	335,00	1865,50
2019	85,00	433,00	140,00	27,00	10,00	43,00	738,00
2020	222,00	451,00	187,00	22,00	72,50	619,00	1573,50

Tabela 9 – Fonte: Balanço Social (2018, 2019 e 2020)

O volume de formação total teve uma redução de 60,44% no ano 2019 relativamente a 2018, mas o inverso também ocorreu com novo aumento do investimento em formação quando comparado o ano 2020 face ao ano de 2019, que se concretizou num aumento de 113,21% do volume de formação.

O facto de 2018 ter um volume de horas de formação mais elevado em relação a 2019 e 2020, deve-se à aposta do Município, num conjunto de formações específicas para a maioria dos seus colaboradores, nomeadamente, a formação no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e a formação relativa ao novo programa informático “MY DOC WIN – Gestão Documental”, implementado no Município.

Investimento em Formação:

2018	2019	2020	Variação 2018-2020
7.131,78€	6.064,47€	7.668,12€	7,52%

Tabela 10 – Fonte: Balanço Social (2017, 2018 e 2019)

Embora os valores representados no quadro revelem que o investimento em formação teve uma redução no ano de 2019 e relação a 2018, a situação foi invertida em 2020 relativamente a 2019 com um novo aumento do investimento em formação, superando o investimento também efetuado em 2018.

De salientar que o Município de Tábua tem vindo a procurar junto das diversas entidades formadoras, beneficiar do maior número de possível de formações gratuitas e/ou tentar encontrar formações a custo reduzido que permitam melhorar a qualidade dos serviços e o desempenho profissional dos seus colaboradores.

4 – FUNDOS COMUNITÁRIOS

Durante o ano de 2019, o Município de Tábua pautou a sua atuação pela angariação de receitas através de Fundos Comunitários planeando, submetendo e executando candidaturas. Esta estratégia pressupõe uma estreita ligação com a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra (CIM RC) e a inclusão do Município de Tábua em projetos de índole intermunicipal, que ganham dimensão face à sua relevante escala. Destacam-se deste modo, investimentos na área da regeneração urbana, saneamento modernização administrativa e educação.

A tabela abaixo contém os valores do investimento total, investimento elegível, montantes pagos, comparticipação recebida e por receber:

Designação da Operação	Investimento Total	Investimento Elegível	Investimento Não Elegível	Comparticipação	Suportado pelo Município	Pago 2019	Pago 2020	Comparticipação Recebida 2016	Comparticipação Recebida 2017	Comparticipação Recebida 2018	Comparticipação Recebida 2019	Comparticipação Recebida 2020	Comparticipação Por Receber
Prata Fluvial da Rouqueira - Uma praia acessível	273.346,25 €	264.109,11 €	9.237,14 €	200.000,00 €	73.346,25 €	- €	217.582,64 €	- €	- €	- €	60.000,00 €	89.228,03 €	50.771,97 €
Tábua Wi-Fi	50.061,00 €	50.061,00 €	- €	45.054,90 €	5.006,10 €	- €	- €	- €	- €	41.512,51 €	3.542,39 €	- €	- €
Requalificação da Feira e Zona Envolvente	354.055,36 €	337.522,25 €	16.533,11 €	287.100,70 €	66.954,66 €	255.497,83 €	- €	- €	116.642,78 €	100.530,67 €	55.572,50 €	- €	14.355,04 €
Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente	360.418,57 €	276.778,89 €	83.639,67 €	235.261,89 €	125.156,68 €	- €	360.418,56 €	- €	- €	- €	- €	208.412,93 €	26.848,96 €
Reabilitação de Edifício Municipal para Espaço Criativo (CULTIVA - Criatividade, União, Laboratório, Ideias, Valor e Artes)	979.450,20 €	710.936,07 €	268.514,13 €	604.295,86 €	375.154,54 €	- €	217.510,00 €	- €	- €	- €	20.888,75 €	223.959,63 €	359.447,28 €
Sistema de drenagem de águas residuais de Espariz e Carragosa - RAR E ETAR	1.354.376,99 €	962.077,76 €	392.299,23 €	742.951,24 €	611.425,75 €	270.788,58 €	504.896,76 €	- €	5.335,71 €	161,07 €	156.854,07 €	448.372,78 €	132.227,61 €
Drenagem de águas residuais de Meda de Mouros e Bogalhas - RAR E ETAR	1.187.527,47 €	890.645,80 €	296.681,87 €	757.048,76 €	430.478,71 €	198.421,80 €	660.636,97 €	- €	16.352,89 €	2.070,13 €	126.520,52 €	433.268,83 €	178.836,39 €
Sistema de drenagem de águas residuais de Vale de Taipas, Babau e Sevilha	406.225,98 €	406.225,98 €	- €	345.292,08 €	60.933,90 €	167.872,31 €	233.897,10 €	- €	5.698,49 €	- €	142.606,47 €	159.720,68 €	37.266,44 €
Sistema de drenagem de águas residuais de Sinda	406.348,42 €	406.348,42 €	- €	351.085,57 €	55.262,85 €	241.091,79 €	- €	- €	4.719,57 €	114.281,28 €	193.496,74 €	- €	38.587,98 €
Sistema de drenagem de águas residuais de Espadanal, Lagoosa e Vila Seca	632.413,53 €	632.413,53 €	- €	541.414,86 €	90.998,67 €	506.305,36 €	12.365,08 €	- €	12.514,11 €	255.315,42 €	246.265,79 €	- €	27.319,54 €
Região de Coimbra 2.X - SAMA	204.696,76 €	191.228,91 €	13.467,85 €	177.769,58 €	60.812,27 €	- €	35.662,46 €	- €	- €	3.679,67 €	137.491,98 €	24.868,00 €	11.729,93 €
Artéria	68.794,09 €	63.202,42 €	5.591,67 €	37.921,45 €	30.872,64 €	68.794,50 €	- €	- €	- €	- €	36.025,38 €	- €	1.896,07 €
Planos Inovadores de Combate ao Inaceesso Escolar	171.778,72 €	171.778,72 €	- €	146.011,91 €	25.766,81 €	55.034,50 €	39.737,65 €	- €	- €	- €	- €	17.380,63 €	128.631,28 €
Restabelecimento do Funcionamento de Infraestruturas e Equipamentos no Município de Tábua	811.626,15 €	811.626,15 €	- €	811.626,15 €	- €	811.626,15 €	- €	- €	- €	- €	811.626,15 €	- €	- €
Plata Multifuncional	283.783,71 €	283.783,71 €	- €	142.516,00 €	141.267,71 €	- €	29.770,29 €	- €	- €	- €	128.264,40 €	- €	14.251,60 €
Um Ecomercado para Tábua	48.568,93 €	48.568,93 €	- €	45.000,00 €	3.568,93 €	48.568,93 €	- €	- €	- €	- €	43.712,04 €	- €	- €
Veículos Elétricos de Serviços Urbanos Ambientais	166.339,05 €	163.459,62 €	2.879,43 €	77.578,56 €	88.760,49 €	80.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	76.994,31 €	- €
DO U SPORT?	81.544,32 €	81.544,32 €	- €	58.230,50 €	23.313,82 €	- €	14.375,26 €	42.000,00 €	- €	- €	- €	- €	16.230,50 €
Regime da Fruta Escolar ¹	3.389,30 €	3.197,45 €	191,85 €	3.197,45 €	191,85 €	- €	1.305,87 €	- €	- €	- €	- €	1.231,82 €	1.958,42 €
TOTAL	7.844.744,80 €	6.755.508,64 €	1.089.236,15 €	5.609.357,27 €	2.269.272,62 €	2.704.001,75 €	2.328.158,64 €	42.000,00 €	161.263,55 €	517.550,75 €	2.162.867,18 €	1.683.437,64 €	1.040.359,02 €

Tabela 11 – Candidaturas aos fundos comunitários, valores por receber

Refira-se que as verbas recebidas dos fundos comunitários estão ligadas a subsídios ao investimento, como também, a subsídios à exploração reconhecidos diretamente em rendimentos. Acresce que os termos de aceitação e respetivos acordos de colaboração de financiamento foram analisados à luz do constante nos pontos 3.4 e 3.5 da NCP 14 - Rendimento de Transações sem Contraprestação, concluindo-se pela não obrigação de devolver verbas ao concedente, nem incidência de condições e restrições.

5 - SÍNTESE DAS ATIVIDADES MUNICIPAIS

Preâmbulo

Face ao estado de emergência que se vive no país, em virtude da pandemia COVID-19 foi necessário cancelar, adiar e adaptar algumas das ações do Município no ano de 2020, tendo em consideração os períodos de confinamento / desconfinamento, o recurso ao teletrabalho e a evolução da própria pandemia.

AÇÕES / INICIATIVAS COVID-19

Com a chegada da pandemia COVID-19 a Portugal no mês de março, o Município de Tábua utilizou as suas plataformas digitais para realizar Campanhas de informação e prevenção junto dos sus municípios, partilhando todas as recomendações da DGS e dando conta da evolução dos casos positivos COVID-19 no Concelho. Destaca-se a Campanha efetuada em colaboração com a GNR, no âmbito das Orientações para Municípios que se desloquem, ou regressem, ao Estrangeiro, e a Campanha “V@MOS POR SI” (Equipas de Apoio Social), dirigida às pessoas mais vulneráveis do Concelho, de modo a acompanhar, orientar e encaminhar para outros serviços, por forma a evitar que se desloquem das suas residências.

A 5 de março, o Presidente da Câmara Municipal de Tábua ativou o Plano de Contingência do Município de Tábua, definindo procedimentos de orientação da atuação a seguir pelos trabalhadores municipais e identificando os mecanismos e instrumentos que permitissem um adequado nível de preparação, prontidão e reação das estruturas municipais, minimizando o impacto dum possível surto epidémico de COVID-19 no funcionamento dos serviços municipais. Foi ainda elaborado pelos Serviços Municipais de Proteção Civil, em estreita colaboração com os membros da Comissão Municipal de Proteção Civil, o Plano de Operações Municipal para o COVID-19, tendo o mesmo sido homologado pelo Presidente da Câmara Municipal.

No primeiro período de confinamento, o Município definiu a Escola Básica N.º 2 de Tábua do AET - Agrupamento de Escolas de Tábua, como escola de referência para o serviço de refeições e acolhimento de filhos do pessoal hospitalar e de emergência, e assegurou as refeições às crianças e alunos do Pré-Escolar da Rede Pública e do 1º Ciclo do Ensino Básico do Escalão A, na Cantina Municipal de Tábua.

Para além das ações acima referenciadas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Município reuniu de emergência com agentes multisectoriais do Concelho
- Município disponibilizou Plataforma “Mais Sucesso Escolar Tábua” a alunos do 1º Ciclo
- Encerramento dos Parques Infantis e Parques FIT do Concelho
- Limpeza e Desinfecção dos Jardins de Infância e escolas do 1º Ciclo
- Plano de Operações Municipal: Sala Municipal de Desporto de Candosa
- Serviços Municipais de Proteção Civil da CIM Região de Coimbra reúnem através de videoconferência
- Desinfecção de Contentores de RSU e Ecopontos
- Câmara de Tábua reuniu por videoconferência
- Município entregou máscaras e luvas às IPSS e Juntas de Freguesia do Concelho
- Município continua a distribuir géneros alimentares e bens de 1ª necessidade às famílias carenciadas
- Município disponibilizou Assistentes Operacionais para o Centro de Saúde de Tábua
- Município entregou Kit de Desinfecção e EPIs às Juntas de Freguesia
- Centro Escolar de Tábua convertido em Centro de Acolhimento Temporário
- Desinfecção de zona exterior da UCC Santa Casa da Misericórdia
- Recolha ao domicílio de lixo contaminado
- Assista a espetáculos sem sair de casa
- Pagamentos à Tesouraria do Município por transferência bancária
- Município disponibilizou impressoras 3D para produção de viseiras de proteção
- Campanha de Proteção das vítimas de violência doméstica
- Município procede à desinfecção de Espaços Públicos
- Município disponibilizou 100 testes COVID-19 e reforça Equipamento de Proteção Individual na UCC da Santa Casa da Misericórdia de Tábua
- Comissão Municipal de Proteção Civil reuniu com Santa Casa da Misericórdia de Tábua

ATIVIDADE MUNICIPAL

No âmbito das Atividades Municipais, e a partir do mês de março, as iniciativas dinamizadas pela autarquia foram adaptadas ao contexto de pandemia vivido no país, sendo em todas elas aplicadas as medidas de segurança e prevenção recomendadas pela DGS.

Destaque para a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre o Município de Tábua e a ADEPTOLIVA - Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil, na qualidade de entidade proprietária da EPTOLIVA — Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, para o estabelecimento de parceria com o intuito de criar sinergias, de modo a potenciar e reforçar a formação e qualificação de recursos humanos, no âmbito da criação do Centro QUALIFICA da EPTOLIVA, com sede em Tábua, nas áreas de influência das partes, de modo a desenvolver competências escolares e/ou profissionais.

A 15 de setembro, a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, inaugurou no átrio da Câmara Municipal, a exposição “Política de Coesão da União Europeia” do Centro de Informação Europe Direct Região de Coimbra. Durante a sua visita ao Município, Ana Abrunhosa reuniu com os Presidentes de Câmara dos 19 Municípios que compõem a CIM RC nas instalações do renovado Luna Hotel de Tábua, onde procedeu ao descerrar da placa de inauguração do mesmo.

Durante a quadra natalícia, o Município em parceria com a ADI – Agência de Desenvolvimento de Tábua e Oliveira do Hospital, promoveu de 30 de novembro a 31 de dezembro de 2020, a iniciativa “Vales de Natal” alusivos à Época Natalícia 2020: “A Alegria do Natal sente-se no Comércio Local”.

Para além das iniciativas acima referenciadas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Município e ADI divulgaram Comércio Local no TOMI
- CCT recebeu Sessão de Esclarecimento “Programa “+CO3SO Emprego”
- Projeto “Região Coimbra 2.X” apresentou inovação ao serviço dos munícipes
- Município de Tábua recebeu Selo "Comunidades Pró-Envelhecimento 2020/2021"
- Projeto “Região de Coimbra 2.X.” promoveu serviços municipais online no Mercado Municipal
- Município implementou Medidas Excecionais para o Cemitério Municipal de Tábua
- Município de Tábua recebeu Prémio “VIVER EM IGUALDADE”
- Município associou-se à iniciativa “A Terra Treme”
- Município “inaugurou” iluminação e sonorização natalícia
- Município distinguido como "Autarquia Mais Familiarmente Responsável"
- Chegada do Pai Natal e Show de Duendes animaram Comércio Local
- Município reconhecido como “Presença Digital Recomendada I 2020”
- Município recebeu Selo "Comunidades Pró-Envelhecimento 2020/2021"
- Município distinguido com a Bandeira Verde ECOXXI pelo 3º ano consecutivo

AÇÃO SOCIAL

Durante o ano de 2020 o setor da Ação Social da autarquia, assumiu um papel preponderante na assistência e acompanhamento não só das famílias carenciadas do Concelho, como também da população mais envelhecida, que no contexto de pandemia ficou mais isolada.

Este setor é ainda responsável pela Academia Sénior de Tábua, que durante o ano de 2020 viu as suas atividades presenciais canceladas, estando o acompanhamento dos alunos a ser realizado através da promoção de atividades online.

O ano de 2020 marca a realização da I Tábua de Igualdade(s) 2020, que decorreu durante o mês de novembro, adaptada às condicionantes da pandemia, e que terminou com o lançamento do Vídeo e Campanha de Prevenção da Violência, “Não fiques Indiferente! Faz a Diferença.” O mesmo foi lançado em três fases no facebook do Município de Tábua tendo um alcance aproximado de 6738 visualizações, publicado no youtube e difundido pelos televisores do Centro Cultural de Tábua, do Município, das Piscinas e no TOMI.

A I Tábua de Igualdade(s) 2020 englobou diversas iniciativas, em que algumas ainda decorreram até 31 de dezembro de 2020, prolongando-se até março de 2021, como por exemplo o desafio aos jardins de Infância do Concelho e o Concurso "Esculpindo a Igualdade" até 08 de março de 2021.

Este evento dedicado à igualdade pautou-se pela promoção de parcerias entre diferentes sectores do município, mas também com a CPCJ, a ADI, as escolas, as instituições e a comunidade em geral, numa lógica de alargar a abrangência da temática convergindo para prevenir e combater toda e qualquer forma de violência e promover a igualdade e não discriminação, fazendo refletir e consciencializar a sua importância.

Para além das iniciativas acima referenciadas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Município de Tábua associou-se ao “Projeto Fénix” da Cruz Vermelha Portuguesa
- Reunião do Conselho Local de Ação Social para aprovação do Diagnóstico Social
- Ação de Divulgação do Serviço Militar no Centro Cultural de Tábua
- Município aderiu ao Programa “Vacinação SNS Local”
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tábua participou no Encontro Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ (online)
- Plano Municipal Para a Integração de Migrantes de Tábua – “Incluir +”
- CPCJ de Tábua reuniu com Equipa Técnica Regional do Centro da CNPDPCJ

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREENDEDORISMO JOVEM

Durante o ano de 2020, e nomeadamente a partir de março, o setor de Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem da autarquia, teve a árdua tarefa de se adaptar e criar soluções para minimizar os constrangimentos provocados pela pandemia e o consequente encerramento das escolas, dotando os alunos de equipamento informático, acesso à internet e serviço de fotocópias.

No início do ano letivo 2020/2021, o Vice-presidente e Vereador da Educação da Autarquia, Ricardo Cruz, reuniu com os técnicos responsáveis pelas “Atividades de Enriquecimento Curricular” do Município, contando ainda com a presença da Adjunta de Direção do Agrupamento de Escolas de Tábua, Maria do Carmo Pinto, com o intuito de programar atempadamente uma estratégia concertada que priorize a segurança dos alunos, minimizando o risco de transmissão da COVID-19, através de um conjunto de medidas preventivas.

Para além das Atividades de Enriquecimento Curricular de Inglês, Atividade Física e Desportiva e Música, o Município disponibiliza, ainda, aos alunos, as Ofertas Complementares “Aprender Brincando” e “Biblioteca”.

À semelhança dos anos transatos, o Município de Tábua procedeu à entrega gratuita dos Livros de Atividades a todos os alunos do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Tábua, uma medida que abrangeu na sua totalidade 311 alunos, com um investimento total que ronda os 12.000€.

Para além destas iniciativas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Município entregou Kits ao Clube de Xadrez do Agrupamento de Escolas de Tábua
- Duas infraestruturas escolares do Concelho de Tábua incluídas no Programa para Erradicar Amianto
- Reunião da Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Implementação e Desenvolvimento do Quadro de Competências
- Município celebrou contrato de Fornecimento de Refeições Escolares
- Município investiu na segurança do transporte de crianças
- Município assinalou os 30 anos da carta das Cidades Educadoras
- Município ofereceu lembrança de Natal a todos os alunos do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância do Concelho

CULTURA

A nível cultural, a autarquia promoveu uma série de eventos e iniciativas anuais, que abrangem todas as artes e formas de expressão, proporcionando à população a oportunidade de assistirem às mais diversas apresentações e espetáculos.

No entanto, com a pandemia COVID-19, o setor da Cultura foi um dos mais afetados ao nível dos constrangimentos associados à doença, levando ao cancelamento da grande maioria dos espetáculos agendados para o ano de 2020.

No primeiro trimestre do ano em análise ainda foi possível a realização, no Centro Cultural de Tábua, do Concerto de Aniversário do Coro Polifónico Municipal de Tábua, que comemorou o seu décimo aniversário, da peça “As Obras Completas de William Shakespeare em 97 minutos”, e a Final do Concurso de Leitura Concelhio “Tábua a Ler+”, integrado no Concurso Nacional de Leitura, promovido pela Rede de Bibliotecas de Tábua, com o apoio do Município e do Agrupamento de Escolas de Tábua.

Para além destas iniciativas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Livro “Sentimentos Proscritos” apresentado na Biblioteca Pública Municipal
- CCT recebeu selo “Estabelecimento Clean & Safe”
- Biblioteca Pública Municipal recebeu Selo “Clean & Safe”
- Jovens criaram ensaio fotográfico em homenagem a Sarah Beirão
- Jardim Sarah Beirão recebeu “As Aves que não têm Céu”
- Vida e Obra de Sarah Beirão inspirou jovens na criação de Arte urbana
- Município assinalou Semana Europeia das Línguas

DESPORTO

No primeiro trimestre de 2020, as várias modalidades do Setor do Desporto da autarquia participaram nos respetivos torneios e competições, nomeadamente na 4a. Prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação, na 1.ª Etapa do Circuito Regional de Gira Vólei e Gira + 2019/2020 e na 2ª Prova do Torneio Professor Afonso Saldanha. Neste período mantiveram-se em atividade todas as classes de natação da Escola Municipal de Natação de Tábua, bem como todas as infraestruturas desportivas municipais.

Com o início do primeiro Estado de Emergência e com o encerramento das infraestruturas, o Município promoveu, através das plataformas online, diversas aulas gratuitas, promovendo a atividade física e desportiva nos períodos de confinamento. Nos períodos de desconfinamento, houve o cuidado de promover as atividades, respeitando todas as recomendações da DGS, por forma à população manter a prática da atividade física de forma segura.

De destacar que, o Município de Tábua considerou de extrema importância promover a 8ª Gala do Desporto do Município de Tábua, por forma a homenagear o trabalho que as Associações Desportivas de Tábua têm desenvolvido no Concelho ao longo dos anos e a forma como as mesmas se têm adaptado às condicionantes provocadas pela COVID-19. Através de uma parceria entre o Município e a Rádio Clube de Arganil, a 8ª Gala do Desporto realizou-se sem público, num modelo de Programa de Rádio, com transmissão em direto na página de Facebook do Município e na RCA. O Município atribuiu a todas as associações presentes o Galardão “Prémio Incentivo”, simbolizando a dedicação e perseverança de todas e incentivando-as a continuar o seu trabalho e esforço na promoção da atividade física e desportiva neste contexto de pandemia.

A promoção do Webinar “Como promover a ética desportiva – COVID 19”, com o objetivo de promover a partilha de informações, ideias e experiências, a fim de identificar e aplicar boas práticas que permitam, em situação de pandemia, reforçar os comportamentos e valores da ética desportiva, e a celebração de protocolo de cooperação entre o Município de Tábua e o Agrupamento de Escolas de Tábua, definindo assim a parceria e o apoio institucional para a promoção dos Desportos Náuticos no Concelho de Tábua.

Para além destas iniciativas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Ginásio Municipal de Tábua: faça exercício em segurança!
- Férias Desportivas e Culturais de Tábua 2020
- Piscinas Municipais com lotação esgotada
- Município em destaque na Revista Portugal Social – Município Amigo do Desporto
- Ginásio Municipal iniciou nova época 2020/2021
- Centro Municipal de Marcha e Corrida de Tábua reinicia atividades presenciais
- Município assinalou Semana Europeia do Desporto
- Caminhada de Natal

AMBIENTE E FLORESTAS

No setor Ambiente e Florestas destaca-se, em 2020, a limpeza de bermas das estradas e caminhos municipais, num total de 19,05 hectares de rede viária, aproximadamente, no âmbito da Defesa da Floresta, no rigoroso cumprimento das medidas e ações a desenvolver previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra incêndios.

Estes trabalhos correspondem à limpeza de material combustível arbustiva, subarbustiva e em alguns casos também arbórea.

Com esta intervenção preventiva, e que inclui a limpeza de rede viária e parques industriais, o Concelho de Tábua estará mais apto para responder à eventualidade de ocorrência de incêndios florestais, contribuindo também para uma maior segurança dos cidadãos automobilistas e dos residentes.

Destaque ainda para a colocação, junto ao Pavilhão Multiusos de Tábua, de mais um Posto de Carregamento de Veículos Elétricos, dando continuidade à aposta do executivo na promoção das energias renováveis e amigas do ambiente, em prol de uma melhor qualidade de vida para todos.

Com um sistema de segurança, ativado com um cartão associado ao veículo elétrico, este Posto de Carregamento de Veículos Elétricos é equipado com um carregador elétrico semirrápido para exterior de dupla tomada, 22kw, com a possibilidade de interligação com a rede Mobi, permitindo o carregamento de dois veículos em simultâneo e disponibilizando, através da adesão à rede de mobilidade elétrica nacional, um serviço que permite a utilização de fontes de energia renovável nos transportes.

Para além destas iniciativas, realizaram-se ainda as seguintes:

- Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Tábua reúne no CCT
- Município procedeu a limpeza e poda de árvores no espaço urbano
- Município promoveu ação de Sensibilização no âmbito das Boas Práticas Higiénico-sanitárias

JUVENTUDE

À semelhança de outros setores, as atividades previstas pelo setor da Juventude no ano de 2020 foram condicionadas pela pandemia COVID-19, destacando-se, apenas, a comemoração do Dia Internacional da Juventude, com a presença do DJ Tim Melro nas Piscinas Municipais de Tábua.

MERCADO MUNICIPAL

O Município de Tábua dinamizou no seu Mercado Municipal, uma série de iniciativas anuais, com o objetivo de atrair mais visitantes e clientes.

Em 2020, com a pandemia COVID-19, muitas dessas iniciativas foram canceladas.

Para além do Mercado semanal, foi realizada a 2ª edição do “Mercado de Natal – Mostra de Artesanato de Tábua”, inserido nas atividades natalícias promovidas pelo Município de Tábua. Em parceria com a ADI – Agência de Desenvolvimento de Tábua e Oliveira do Hospital. Apesar das restrições provocadas pela COVID-19, cinco artesãos do concelho marcaram presença nesta iniciativa, dinamizando e contribuindo para a promoção do artesanato criativo e artístico no Concelho. Destaque, ainda, para a presença do pai Natal e seus Duendes, que contribuíram para a alegria e manifestação do espírito natalício nesta infraestrutura municipal, tão importante nestes tempos de pandemia.

Decorreu, também, a 20 de dezembro, a sexta edição do Concurso de Couves de Natal do Município de Tábua, que integrou também o 4º Concurso de Abóboras de Natal, tendo sido inscritas para avaliação 11 couves e 10 abóboras.

TURISMO

No ano de 2020 as iniciativas desenvolvidas no âmbito do setor do Turismo foram, sobretudo, promovidas online, com a partilha de imagens dos vários locais turísticos e emblemáticos do Concelho.

Destaque para a inauguração da Requalificação da Praia Fluvial da Ronqueira, com a presença da Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, uma obra há muito desejada por todos os tabuenses e que neste ano de 2020 se tornou uma realidade.

A obra de requalificação desta zona balnear da Ronqueira é fruto da candidatura denominada de Praia Fluvial da Ronqueira – Uma praia acessível, efetuada pelo Município de Tábua ao Turismo de Portugal, linha de Apoio ao Turismo Acessível, traduzindo-se num investimento de 356.194,87 €.

Este lugar, fortemente caracterizado por paisagens rurais e florestais nas margens do rio Alva, distingue-se pela aposta no Turismo acessível, tanto para pessoas com mobilidade reduzida, como com insuficiência visual e/ou auditiva, dispondo de espaços próprios para estacionamento, sanitários e balneários, cadeira anfíbia e uma plataforma elevatória para o acesso entre o nível da praia e do bar, que foi rebaixado para permitir acessibilidade a todos.

A praia possui ainda bengalas, um andarilho e inclui sinalética em português, inglês e braille. As informações e pictogramas têm dimensões maiores e não esquece uma área para estadia de cães guia, com bebedouros.

A plataforma com solário e as características arquitetónicas do bar e demais edifícios de apoio, permitem um bonito enquadramento da zona balnear.

Nas imediações, o parque de merendas dispõe de mesas e churrasqueira e é um excelente local de descanso de caminheiros, praticantes de BTT e viajantes.

A Praia Fluvial da Ronqueira tornou-se, assim, num dos pontos turísticos de passagem obrigatória no Concelho de Tábua, tornando-se também num dos ex-líbris da Freguesia de Mouronho.

FEIRAS

Anualmente a Câmara Municipal promove dois grandes eventos que visam promover o concelho, os seus produtos endógenos, o seu tecido empresarial e o turismo, com a realização da Tábua de Queijos e Sabores da Beira e da FACIT – Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Tábua.

A 31ª edição da Tábua de Queijos e Sabores da Beira realizou-se entre os dias 6 e 8 de março, de forma presencial, dando a conhecer a todos os visitantes a importância da identidade do Concelho, das suas gentes, dos seus produtos e das suas tradições, aliando o antigo ao moderno, numa simbiose de conhecimentos e experiências, fruto da diversidade da programação e setores presentes.

Em consequência da pandemia COVID-19, a 12ª edição da FACIT – Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Tábua, prevista para a última semana do mês de junho de 2020, não se realizou.

OBRAS

No primeiro trimestre de 2020, o Departamento de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente do Município manteve a sua atividade, no entanto, devido à pandemia COVID-19 tornou-se imprescindível suspender as tarefas relacionadas com manutenção e realização de obras até ao mês de maio. Nesse período foram realizadas várias intervenções de desinfeção de espaços públicos.

Com a retoma da atividade, destacam-se os trabalhos de limpeza e manutenção da via públicas e trabalhos de manutenção, beneficiação e limpeza da rede viária florestal, nas diversas localidades do Concelho, em estreita colaboração com as Juntas/Uniões de Freguesia.

Foram ainda realizadas construções/reparações nas infraestruturas/edifícios municipais.

Em 2020 foram iniciadas as obras de construção da Pista de Atletismo do Estádio Municipal de Tábua, objeto da empreitada “Compromisso Ativo – Construção de Pista Multifuncional” (C.P. N.º 20-E/2019), adjudicada à empresa CAPSFIL - Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos, SA., pelo valor de € 263.369,08, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. Foram, ainda, concluídas as Obras de Requalificação do Jardim de Infância de Mouronho e as “Obras de Requalificação da Escola Básica de Mouronho”.

De salientar que no ano em análise prosseguiram os trabalhos referentes às seguintes empreitadas: “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Vale de Taipa, Babau e Sevilha”; “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela”; “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Meda de Mouros e Bogalhas e Beneficiação e Ampliação da ETAR de Pinheiro de Coja”; “Reabilitação de Edifício Municipal para Espaço Criativo – CULTIVA”; “Requalificação da Praça Alexandre Herculano e Zona Envolvente”.

Destacam-se, ainda, as seguintes obras/intervenções:

- Município procedeu à limpeza e remoção de detritos causados por incêndio urbano
- Vila e lugares de Tábua com números de polícia
- Município, FPA e ADAC em visita técnica às obras de construção da Pista de Atletismo Municipal
- Limpeza e remarcação dos Percursos Pedestres do Município de Tábua
- Instalação de ilhas ecológicas e aplicação de ecopontos de superfície

6 – DESPESAS EFETUADAS NO ÂMBITO DO COVID-19

O ano de 2020 foi fortemente condicionado pelo contexto de pandemia mundial do COVID – 19, numa altura de grande inquietação perante a situação que vivemos, que carece de resposta firme e determinada enfrentando os problemas e reagindo às diversidades. Deste modo, o Executivo Municipal tomou as medidas de prevenção tidas como adequadas, associando-se ao esforço coletivo Nacional que visou mitigar o impacto desta pandemia.

De acordo com os valores comunicados à DGAL relativos ao acompanhamento das despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto da COVID -19, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como, a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID – 19, resultou numa obrigação adicional para o Município de Tábua em 2020 no montante de 168.150.48€.

Adicionalmente, foram aprovadas isenções para efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril que estabeleceu o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 num valor total de 12.474,05€ referentes a isenções com a academia sénior, mercado e feira municipal, renda de cafetaria, ocupação de via pública e demais atividades e ruído.

7 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

7.1- Orçamento da Receita e da Despesa – Modificações

O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com o quadro e código de contas descritos no POCAL e é elaborado tendo em conta os princípios orçamentais e regras previsionais.

Conforme previsto no SNC – AP podem ser realizadas modificações ao orçamento, as quais se consubstanciam em alterações, conforme constante do ponto 2 da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental ou revisões orçamentais, uma vez que continua a vigorar o ponto 8.3.1. relativo às modificações ao orçamento do Decreto- Lei n.º 54- A/99, de 22 de fevereiro na sua redação atual que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações ou incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou receitas legalmente consignadas.

Já as revisões são usadas para introduzir classificações orçamentais com vista à realização de despesas não previstas, para introdução do saldo orçamental apurado, introdução do excesso de cobranças em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento ou para a introdução de outras receitas que as autarquias locais estejam autorizadas a arrecadar.

As alterações orçamentais carecem apenas da aprovação do Órgão Executivo, não obstante, esta competência encontra-se delegada no Presidente, enquanto as revisões orçamentais carecem de aprovação do Órgão Deliberativo.

Em 2020, foram efetuadas 16 alterações e 4 revisões ao Orçamento e 15 alterações às Grandes Opções do Plano e 4 revisões às mesmas.

7.2- Execução e evolução da Receita

Em 2020, o orçamento da receita teve uma execução orçamental de 63,02%, apresentado um ligeiro aumento face ao ano transato, conforme apresentado no Mapa de Execução Orçamental da Receita. A variação mais expressiva está associada à venda de bens de investimento ligado a procedimentos de hasta pública para alienação de sucata. A receita corrente líquida apresenta uma maior execução em relação à receita de capital, tal como se tem verificado em anos anteriores.

		2019				2020			
Class.	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Diferença	Grau Exec. Receita	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Diferença	Grau Exec. Receita
01	Impostos directos	2 280 040,00	1 520 401,97	-759 638,03	66,68%	2 490 448,00	1 609 492,52	-880 955,48	64,63%
02	Impostos indirectos	105 110,00	76 820,75	-28 289,25	73,09%	4 981,07	5 971,02	989,95	119,87%
04	Taxas, multas e outras penalidades	796 090,00	477 268,17	-318 821,83	59,95%	1 058 347,93	575 395,74	-482 952,19	54,37%
05	Rendimentos da propriedade	422 030,00	393 051,79	-28 978,21	93,13%	480 521,00	392 777,86	-87 743,14	81,74%
06	Transferências correntes	7 293 706,00	5 714 178,96	-1 579 527,04	78,34%	8 036 976,77	6 416 549,31	-1 620 427,46	79,84%
07	Venda de bens e serviços correntes	455 025,00	199 413,05	-255 611,95	43,82%	628 665,00	71 034,72	-557 630,28	11,30%
08	Outras receitas correntes	204 500,00	226 038,09	21 538,09	110,53%	192 328,00	129 846,24	-62 481,76	67,51%
09	Venda de bens de investimento	42 245,00	0,00	-42 245,00	0,00%	19 238,00	25 759,60	6 521,60	133,90%
10	Transferências de capital	6 876 711,68	3 016 496,75	-3 860 214,93	43,87%	5 517 129,11	2 771 379,89	-2 745 749,22	50,23%
12	Passivos financeiros	1 785 000,00	1 112 289,51	-672 710,49	62,31%	2 248 964,15	993 909,32	-1 255 054,83	44,19%
13	Outras receitas de capital	5 000,00	5 060,60	60,60	101,21%	5 000,00	0,00	-5 000,00	0,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	425,75	95,43	-330,32	22,41%	1 255,07	1 319,55	64,48	105,14%
16	Saldo da gerência anterior	0,00	0,00	0,00	0,00%	114 852,78	114 852,78	0,00	0,00%
Total das Receitas		20 265 883,43	12 741 115,07	-7 524 768,36	62,87%	20 798 706,88	13 108 288,55	-7 690 418,33	63,02%

Receitas Correntes	11 556 501,00	8 607 172,78	-2 949 328,22	74,48%	12 892 267,77	9 201 067,41	-3 691 200,36	71,37%
Receitas de Capital	8 708 956,68	4 133 846,86	-4 575 109,82	47,47%	7 790 331,26	3 791 048,81	-3 999 282,45	48,66%
Outras Receitas	425,75	95,43	-330,32	22,41%	116 107,85	116 172,33	64,48	100,06%

Tabela 12 – Execução da Receita Líquida

No ano de 2020 a receita cobrada líquida ascendeu a 13.108.288,55 €, representando a receita corrente um peso de 70,19 % daquele montante e a receita de capital um peso de 28,92 %.

	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Corrente	8 576 809,77	83,03%	8 607 172,78	67,55%	9 201 067,41	70,19%
Receita de Capital	1 751 115,23	16,95%	4 133 846,86	32,44%	3 791 048,81	28,92%
Outras Receitas	2 456,61	1,41%	95,43	0,00%	116 172,33	0,89%
RECEITA TOTAL	10 330 381,61	100,00%	12 741 115,07	100,00%	13 108 288,55	100,00%

Tabela 13 – Evolução da Receita Cobrada Líquida

RECEITA	2018	PESO	2019	PESO	Variação 18/19	2020	PESO	Variação 19/20
Impostos Directos	1 613 860,42	15,62%	1 542 396,04	12,08%	-4,43%	1 640 494,98	12,48%	6,36%
Impostos Indirectos	60 468,28	0,59%	76 820,75	0,60%	27,04%	5 971,02	0,05%	-92,23%
Taxas, Multas O.Penalidades	473 900,88	4,59%	477 268,17	3,74%	0,71%	577 186,84	4,39%	20,94%
Rendimentos de Propriedade	387 815,72	3,75%	393 051,79	3,08%	1,35%	392 777,86	2,99%	-0,07%
Transferências Correntes	5 752 148,50	55,68%	5 714 178,96	44,77%	-0,66%	6 416 549,31	48,83%	12,29%
Venda Bens e Serviços	155 887,73	1,51%	199 413,05	1,56%	27,92%	71 095,22	0,54%	-64,35%
Outras Receitas Correntes	132 728,24	1,28%	226 038,09	1,77%	70,30%	129 846,24	0,99%	-42,56%
TOTAL RECEITA CORRENTE	8 576 809,77	83,03%	8 629 166,85	67,61%	0,61%	9 233 921,47	70,27%	7,01%
Venda Bens Investimento	820,00	0,01%	0,00	0,00%	-100,00%	25 759,60	0,20%	N/A
Transferências Capital	1 050 295,23	10,17%	3 016 496,75	23,63%	187,20%	2 771 379,89	21,09%	-8,13%
Passivos Financeiros	700 000,00	6,78%	1 112 289,51	8,71%	58,90%	993 909,32	7,56%	-10,64%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	5 060,60	0,04%	-100,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITA CAPITAL	1 751 115,23	16,95%	4 133 846,86	32,39%	136,07%	3 791 048,81	28,85%	-8,29%
Reposições não abatidas nos pagamentos	45,69	0,00%	95,43	0,00%	108,86%	1 319,55	0,01%	1282,74%
Saldo da gerência anterior	2 410,92	0,02%	0,00	0,00%	-100,00%	114 852,78	0,87%	N/A
OUTRAS RECEITAS	2 456,61	0,02%	95,43	0,00%	-96,12%	116 172,33	0,88%	121635,65%
TOTAL	10 330 381,61	100,00%	12 763 109,14	100,00%	23,55%	13 141 142,61	100,00%	2,96%

Tabela 14 – Evolução da Estrutura da Receita Cobrada Bruta

Em 2020, mantêm-se uma grande dependência relativamente às transferências externas (correntes e de capital), representando cerca de 70.27% da receita total.

O montante apresentado na rubrica de Passivos Financeiros, constante da tabela anterior, corresponde ao empréstimo de curto prazo, contratado com o Banco BPI,SA, para fazer face a dificuldades de tesouraria, bem como ao empréstimo Linha BEI PT 2020 – Autarquias (empréstimo excecionado).

Receitas Próprias	2018	2019	2020
01 – Impostos Diretos	1 613 860,42	1 520 401,97	1 640 494,98
02 – Impostos Indiretos	60 468,28	76 820,75	5 971,02
04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades	473 900,88	477 268,17	577 186,84
05 – Rendimentos de Propriedade	387 815,72	393 051,79	392 777,86
07 – Venda de Bens e Serviços	155 887,73	199 413,05	71 095,22
08 – Outras Receitas Correntes	132 728,24	226 038,09	129 846,24
09 – Venda de Bens de Investimento	820,00	0,00	25 759,60
11 – Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
13 – Outras Receitas de Capital	0,00	5 060,60	0,00
TOTAL	2 825 481,27	2 898 054,42	2 843 131,76

Tabela 15 – Receitas Próprias

As receitas próprias, aquelas que o município pode arrecadar nos termos da legislação aplicável recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos apresentam um crescimento com uma descida marginal no ano transato, uma vez que, que o ano de 2020 foi marcado por um cenário de pandemia, por força do COVID – 19.

ISENÇÕES E REDUÇÕES CONCEDIDAS NOS TERMOS DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS

O quadro que se segue representa, de forma sucinta, as isenções e reduções concedidas nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas.

DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA						
ISENÇÕES CONCEDIDAS NOS TERMOS DO ARTIGO 10º - A (ISENÇÕES – INCÊNDIOS DE 15 OUTUBRO DE 2017)						
DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS						
NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS / COMUNICAÇÃO PRÉVIA E AUTORIZAÇÃO						
NO ANO DE 2020						
REQUERENTE	PROCESSO	DESIGNAÇÃO OPERAÇÃO URBANÍSTICA	VALOR A PAGAR S/ ISENÇÃO	BENEFÍCIO CONCEDIDO		DATA DO DESPACHO
António Alberto Fonseca	39/2019/15	COMUNICAÇÃO PRÉVIA (D.L. 130/2017)	911,04 €	100%	911,04 €	10/01/2020
Dicas D'Avozinha Lda.	39/2019/299	LICENCIAMENTO	11.231,52 €	100%	11.231,52 €	28/01/2020
Vitor Manuel Pinto – Construções Unipessoal, Lda.	39/2019/339	LEGALIZAÇÃO	577,15 €	100%	577,15 €	13/02/2020
José Lopes Pinto	39/2019/156	LEGALIZAÇÃO	44,28 €	100%	44,28 €	06/04/2020
Marília de Lourdes Marques Pedro	39/2019/19	COMUNICAÇÃO PRÉVIA (D.L. 130/2017)	1.233,94 €	100%	1.233,94 €	06/07/2020
Rosa Maria Costa Lopes Peres	39/2020/152	LICENCIAMENTO	708,58 €	100%	708,58 €	28/07/2020
Jorge Manuel Abrantes Ribeiro	39/2020/24	LICENCIAMENTO	649,38 €	100%	649,38 €	28/07/2020
Maria Odete Cruz Saraiva	39/2020/297	LICENCIAMENTO	1.312,56 €	100%	1.312,56 €	05/11/2020
Pedro Miguel Saraiva Tavares	39/2019/281	LICENCIAMENTO	1.063,05 €	100%	1.063,05 €	18/11/2020
Julietta de Jesus Carlos Costa	39/2020/323	Legalização	58,86 €	100%	58,86 €	10/12/2020
Luís Manuel Dargent de Albuquerque	39/2020/251	LICENCIAMENTO	450,76 €	100%	450,76 €	23/12/2020
João Tiago Gonçalves	09/2019/185	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	94,23 €	100%	94,23 €	03/01/2020
José Manuel Nunes	09/2019/188	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	71,60 €	100%	71,60 €	30/03/2020
Fernando da Costa Simões Dias	09/2019/97	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	219,90 €	100%	219,90 €	15/07/2020
Filomena Maria Moreira Simões Gaudêncio	09/2019/71	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	94,90 €	100%	94,90 €	09/10/2020
José Manuel Bernardes Teixeira	09/2019/81	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	64,45 €	100%	64,45 €	21/12/2020
Raquel Alexandra Santos da Silva	09/2020/119	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	85,85 €	100%	85,85 €	09/12/2020
Celeste Fernandes Antunes Correia	09/2019/67	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	80,05 €	100%	80,05 €	21/12/2020
Total			18.952,10€		18.952,10€	

Benefícios concedidos	
Empresas	11.808,67 €
Associações	
Particulares	7.143,43 €
Total	18.952,10 €

Tabela 16 – Isenções e reduções, DOPGU, art. 10.º -A

DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA						
ISENÇÕES E REDUÇÕES CONCEDIDAS NOS TERMOS DO ARTº 10º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS NOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE OBRAS / COMUNICAÇÃO PRÉVIA E AUTORIZAÇÃO						
ANO 2020 (01/01/2020 A 31/12/2020)						
REQUERENTE	PROCESSO DE LICENCIAMENTO	DESIGNAÇÃO OPERAÇÃO URBANÍSTICA	VALOR A PAGAR S/ REDUÇÃO	BENEFÍCIO CONCEDIDO		REUNIÃO DE CÂMARA
ACORFATO – Indústria de Confecções, Lda.	69/2017	Procedimento de Legalização	11.133,06 €	50%	5.566,53 €	5.566,53 €
	SA/40/017					
Santa Casa da Misericórdia de Tábua	Jan/13 SA/40/014	LICENCIAMENTO DE OBRAS	5.715,50 €	90%	5.143,95 €	571,55 €
Transportes Ferrão & Martins Lda.	39/2019/313	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	9.769,71 €	50%	4.884,85 €	4.884,85 €
GOFOAM – Indústria e Transformação de Espuma Lda.	09/2019/138	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	6.665,40 €	100%	6.665,40 €	0
NOVAQUI, S.A.	09/2019/136	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO	6.846,40 €	100%	6.846,40 €	0
Centro Social Caserio da Matta da Paróquia de Midões	16/2015-SA/50/015	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO (AVERBAMENTO À AUTORIZAÇÃO)	13,00 €	90%	11,70 €	1,30 €
Centro Social Caserio da Matta da Paróquia de Midões	16/2015-SA/50/015	AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO (AVERBAMENTO À AUTORIZAÇÃO)	13,00 €	90 €	11,70 €	1,30 €
Total			40.156,07 €		29.130,53 €	11.025,53 €

Benefícios concedidos	
Empresas	23.963,18 €
Associações	5.167,35 €
Particulares	€
Total	29.130,53 €

Tabela 17 - Isenções e reduções, DOPGU, artigo 10.º

7.3 - Execução e evolução da Despesa

Em 2020 a despesa total paga pelo Município ascendeu a 13.043.754,75 €, apresentando um aumento em termos absolutos em relação ao ano anterior de 464.431,68 €, mantendo assim, uma tendência positiva relativamente a anos transatos, conforme apresentado no Mapa de Execução Orçamental da Despesa.

		2019			2020		
Designação		Dotações Corrigidas	Pago	% Exec.	Dotações Corrigidas	Pago	% Exec.
01	Despesas com Pessoal	4 241 800,01	4 073 897,52	96,04%	4 635 949,19	4 315 403,58	93,09%
02	Aquisição de Bens e Serviços	5 603 103,18	3 061 412,93	54,64%	6 541 280,61	3 339 558,01	51,05%
03	Juros e Outros Encargos	98 212,21	95 622,95	97,36%	73 364,71	66 512,40	90,66%
04	Transferências Correntes	987 950,41	731 214,27	74,01%	1 355 065,00	917 243,35	67,69%
05	Subsídios	700,00	700,00	100,00%	-	-	-
06	Outras Despesas Correntes	269 033,93	213 777,34	79,46%	99 123,00	44 018,75	44,41%
07	Aquisição de Bens de Capital	7 506 771,70	2 990 449,63	39,84%	6 392 087,72	2 990 594,76	46,79%
08	Transferências de Capital	174 012,00	46 411,87	26,67%	405 467,14	76 918,55	18,97%
09	Ativos Financeiros	61 390,00	43 845,62	71,42%	28 955,00	26 307,37	90,86%
10	Passivos Financeiros	1 322 909,99	1 321 990,94	99,93%	1 267 414,51	1 267 197,98	99,98%
DESPESA TOTAL		20 265 883,43	12 579 323,07	62,07%	20 798 706,88	13 043 754,75	62,71%

DESPESAS CORRENTES	11 200 799,74	8 176 625,01	73,00%	12 704 782,51	8 682 736,09	68,34%
DESPESAS CAPITAL	9 065 083,69	4 402 698,06	48,57%	8 093 924,37	4 361 018,66	53,88%

Tabela 18 – Execução da Despesa

O grau de execução do orçamento da despesa total fixou-se, em 2020, nos 62,71%, tendo um aumento ainda que residual em relação ao alcançado no ano anterior. À semelhança da receita, a despesa corrente apresenta um grau de execução superior ao da despesa de capital, verificando-se contudo um acréscimo de 5,31% comparativamente a 2019.

DESPESA PAGA		2018	%	2019	%	2020	%
01	Despesas com Pessoal	3 501 560,30	35,00%	4 073 897,52	32,39%	4 315 403,58	33,08%
02	Aquisição de Bens e Serviços	2 317 457,88	23,16%	3 061 412,93	24,34%	3 339 558,01	25,60%
03	Juros e Outros Encargos	113 187,25	1,13%	95 622,95	0,76%	66 512,40	0,51%
04	Transferências Correntes	790 117,82	7,90%	731 214,27	5,81%	917 243,35	7,03%
05	Subsídios	0,00	0,00%	700,00	0,01%	-	-
06	Outras Despesas Correntes	66 906,50	0,67%	213 777,34	1,70%	44 018,75	0,34%
07	Aquisição de Bens de Capital	1 879 306,65	18,78%	2 990 449,63	23,77%	2 990 594,76	22,93%
08	Transferências de Capital	0,00	0,00%	46 411,87	0,37%	76 918,55	0,59%
09	Ativos Financeiros	61 384,38	0,61%	43 845,62	0,35%	26 307,37	0,20%
10	Passivos Financeiros	1 669 394,12	16,69%	1 321 990,94	10,51%	1 267 197,98	9,71%
DESPESA TOTAL		10 005 319,95	100,00%	12 579 323,07	100,00%	13 043 754,75	100,00%

DESPESAS CORRENTES	6 789 229,75	67,86%	8 176 625,01	65,00%	8 682 736,09	66,57%
DESPESAS CAPITAL	3 610 085,15	36,08%	4 402 698,06	35,00%	4 361 018,66	33,43%

Tabela 19 – Evolução da Despesa Paga

Tal como registado nos anos anteriores, as rubricas de maior peso continuam a ser as Despesas com Pessoal e as Aquisições de Bens e Serviços, que representam, no seu conjunto, 58,69% das despesas totais.

7.4 - Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano (GOP) são constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades mais Relevantes (AMR).

OB.	PROG.	DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO (€)	%
01		Educação	787 828,00	15,79%
01	001	Ensino não superior	787 828,00	15,79%
02		Cultura, Desporto, Recreio e Lazer	147 633,92	2,96%
02	001	Cultura	7 072,46	0,14%
02	002	Desporto, Recreio e Lazer	140 561,46	2,82%
03		Ação Social	57 771,18	1,16%
03	001	Apoio Social	7 992,47	0,16%
03	002	Desenvolvimento social	49 778,71	1,00%
04		Saneamento, de Água e Salubridade	2 074 423,97	41,58%
04	001	Saneamento	1 458 345,16	29,23%
04	002	Abastecimento de Água	6 080,23	0,12%
04	003	Resíduos Sólidos	609 998,58	12,23%
04	004	Cemitérios	0,00	0,00%
05		Urbanização	1 102 212,63	22,09%
05	001	Planeamento Urbanístico	48 947,85	0,98%
05	002	Iluminação Pública	1 378,38	0,03%
05	003	Infraestruturas Industriais/Comerciais	11 273,98	0,23%
05	004	Rede Viária e Sinalização	416 154,17	8,34%
05	005	Requalificações Urbanas Diversas	624 458,25	12,52%
06		Protecção Civil	187 197,18	3,75%
06	001	Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	187 197,18	3,75%
07		Comércio e Turismo	280 820,01	5,63%
07	001	Comércio e Turismo	221 534,84	4,44%
07	002	Promoção e Desenvolvimento Turístico	59 285,17	1,19%
08		Administração Autárquica	350 738,79	7,03%
08	001	Modernização Administrativa e Equipamentos	297 044,65	5,95%
08	002	Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	26 307,37	0,53%
08	003	Transferências para as Autarquias	0,00	0,00%
08	004	Transferências de Competências (Lei 50/2018)	27 386,77	0,55%
TOTAL GERAL			4 988 625,68	100,00%

Tabela 20 – Estrutura das Grandes Opções do Plano

Em 2020, o objetivo com maior execução nas GOP foi o do saneamento, de água e salubridade, representando cerca de 41,58% do valor global executado das GOP, seguido da urbanização e da administração autárquica, que tiveram na sua maioria candidaturas aprovadas nos fundos comunitários.

7.5 - Resultados Orçamentais

	2018	2019	2020
Receita Cobrada	10 330 381,61	12 763 109,14	13 108 288,55
Despesa Paga	10 399 314,90	12 579 323,07	13 043 754,75
Resultado Orçamental	-68 933,29	183 786,07	64 533,80

Tabela 21 – Resultados Orçamentais

No que concerne à execução orçamental do exercício de 2020 foi gerado um saldo global de 64.533,80€.

8 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

8.1 - Análise ao Balanço

O Balanço é constituído pelo Ativo e pelo Passivo e Património Líquido do Município.

Componentes do Ativo	2020	Peso	2019	Peso
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	36 177 938,59	90,52%	34 545 733,09	86,56%
Propriedades de investimento	61 070,31	0,15%	-	0,00%
Ativos intangíveis	55 254,86	0,14%	124 185,77	0,31%
Participações financeiras	337 763,50	0,85%	337 763,50	0,85%
	36 632 027,26	91,66%	35 007 682,36	87,72%
Ativo corrente				
Inventários	135 059,07	0,34%	120 505,95	0,30%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	916 272,55	2,29%	2 532 622,24	6,35%
Clientes, contribuintes e utentes	49 857,38	0,12%	52 737,98	0,13%
Estado e outros entes públicos	-	0,00%	4 774,03	0,01%
Outras contas a receber	1 944 889,22	4,87%	1 860 950,49	4,66%
Diferimentos	28 491,54	0,07%	26 748,64	0,07%
Caixa e depósitos	258 866,91	0,65%	303 217,63	0,76%
	3 333 436,67	8,34%	4 901 556,96	12,28%
Total do Ativo	39 965 463,93	100,00%	39 909 239,32	100%

Património Líquido	2020	Peso	2019	Peso
Património/Capital	49 041 226,48	122,71%	49 041 226,48	122,88%
Resultados transitados	- 29 923 518,42	-74,87%	- 29 767 207,81	-74,59%
Outras variações no Património Líquido	11 523 438,46	28,83%	12 326 332,78	30,89%
Resultado líquido do período	464 452,85	1,16%	- 288 375,11	-0,72%
Total do Património Líquido	31 105 599,37	77,83%	31 311 976,34	78,46%
Passivo				
Passivo não corrente	2 285 247,81	5,72%	2 818 234,97	7,06%
Provisões	4 316,85	0,01%	277 392,49	0,70%
Financiamentos obtidos	2 280 781,32	5,71%	2 540 692,84	6,37%
Outras contas a pagar	149,64	0,00%	149,64	0,00%
Passivo corrente	6 574 616,75	16,45%	5 779 028,01	14,48%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	44 429,15	0,11%	29 897,35	0,07%
Fornecedores	3 181 842,67	7,96%	3 007 344,00	7,54%
Estado e outros entes públicos	221 568,65	0,55%	198 502,89	0,50%
Financiamentos obtidos	551 635,29	1,38%	565 012,43	1,42%
Fornecedores de investimentos	1 825 996,12	4,57%	1 061 814,24	2,66%
Outras contas a pagar	749 144,87	1,87%	916 457,10	2,30%
Total do Passivo	8 859 864,56	22,17%	8 597 262,98	21,54%
Total do Património Líquido e Passivo	39 965 463,93	100,00%	39 909 239,32	100,00%

Tabela 22 – Balanço

A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (86,56%) é a que mais contribuiu para a formação do total do ativo.

Desde o ano 2015 é refletido no balanço o montante de empréstimos de médio e longo prazo a pagar no curto prazo. Assim, o montante apurado em Financiamentos Obtidos, no Passivo Corrente reflete a amortização desses empréstimos em 2020, concluindo-se por uma diminuição do valor face a 2019, considerando que foi integralmente liquidado um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos.

8.2 - Demonstração de Resultados

No que se refere aos rendimentos e gastos, a sua análise encontra-se discriminada, de forma mais detalhada, no anexo às demonstrações financeiras.

Rendimentos

Estrutura dos Rendimentos	2020		2019	
	Montante	%	Montante	%
Impostos, contribuições e taxas	2 320 448,83	20,66%	2 118 280,54	20,62%
Vendas	18 271,09	0,16%	22 383,04	0,22%
Prestações de serviços e concessões	194 598,76	1,73%	249 608,37	2,43%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 505 479,35	57,92%	6 850 776,39	66,70%
Trabalhos para a própria entidade	75 903,87	0,68%	118 623,02	1,15%
Provisões (Aumentos/Diminuições)	110 089,15	0,98%	-	0,00%
Outros rendimentos	2 002 446,93	17,83%	909 138,79	8,85%
Juros e rendimentos similares obtidos	4 582,95	0,04%	2 510,52	0,02%
Rendimentos Totais	11 231 820,93	100,00%	10 271 320,67	100,00%

Tabela 23 – Rendimentos

O maior destaque vai para as transferências e subsídios obtidos, constituindo um peso de cerca de 66,70% nos rendimentos totais.

Regista-se que “outros rendimentos” apresenta um valor superior face a 2019 resultante de uma reclassificação do FEF e demais receita de capital associada ao artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de transferência correntes para esta componente, por força da alteração do normativo contabilístico para SNC – AP.

Gastos

Estrutura dos Gastos	2020		2019	
	Montante	%	Montante	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	238 130,99	2,21%	303 273,68	2,87%
Fornecimentos e serviços externos	3 134 448,92	29,11%	3 085 286,10	29,22%
Gastos com pessoal	4 288 196,07	39,83%	3 990 790,61	37,79%
Transferências e subsídios concedidos	1 079 322,80	10,02%	778 835,08	7,38%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3 413,71	0,03%	-	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	-	0,00%	202 204,16	1,91%
Outros gastos	164 712,92	1,53%	286 566,67	2,71%
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	1 739 498,64	16,16%	1 777 906,78	16,84%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis	58 315,46	0,54%	-	0,00%
Juros e gastos similares suportados	61 328,57	0,57%	134 832,70	1,28%
Gastos Totais	10 767 368,08	100,00%	10 559 695,78	100,00%

Tabela 24 – Gastos

À semelhança dos anos anteriores, os gastos com o pessoal, os fornecimentos e serviços externos e os gastos/reversões de depreciação e amortização continuam a ser as rubricas mais significativas na estrutura dos gastos. Acrescendo também que devido à adoção do SNC – AP, o material de economato deixou de ser considerado na rubrica de inventários e passou a ser considerado fornecimento e serviços externos.

Resultado Líquido do Exercício

	2018	2019	2020
Resultado Líquido do Exercício	-800.301,92	-288.375,11	464.452,85

Tabela 25 – Resultado Líquido do Exercício

A variação do resultado líquido do exercício de 2019 para 2020, encontra justificação material nas seguintes situações

- Alterações do normativo contabilístico, decorrentes de ajustamentos e reclassificações associados ao SNC – AP.
- Aumento das transferências e subsídios obtidos derivado da aplicação do artigo 35º nº 3 da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro e da participação do IVA.
- Reversão das provisões.
- Aumento da imputação dos subsídios ao investimento.

9 – Aplicação de Resultados

Considerando que o valor do resultado líquido é positivo, no montante de 464.452,85€, não haverá lugar à distribuição de resultados, pelo que se propõe que o mesmo seja integralmente transferido para a conta 56 – Resultados Transitados, conforme plasmado na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho que aprovou as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional — Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

10 - Cumprimentos Legais da Despesa

Limite da dívida total

A Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro estabeleceu o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. O n.º 1 do artigo 52.º estipula que “ a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

ENTIDADES

Tabela 26 – Limite da dívida total, calculado de acordo com o modelo 15, da Instrução n.º 1/20119 do Tribunal de Contas

Salienta-se que, a 31 de dezembro de 2020, o valor da dívida total encontra-se dentro dos limites legais.

De acordo com a alínea b), do n.º 3, do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada exercício, pelo que, no final de 2020, o Município de Tábua, encontra-se em cumprimento, com uma margem disponível de 1.068.962,43 €, conforme cálculos da tabela infra:

DESCRIÇÃO	VALOR
Limite da dívida de N	12 688 885
Dívida total a 01/01/2020	7 344 073
Excesso	
Margem	5 344 812
Margem utilizável (20%)	1 068 962,43

Tabela 27 – Cálculo da margem utilizável

Contudo e por força do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto que altera as regras sobre endividamento das autarquias locais para os anos de 2020 e 2021 – “O disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não se aplica nos anos de 2020 e 2021.”

Saliente-se a influência da contribuição do SM/AM/SEL/Ent.Part. para o cálculo da dívida e ainda a dificuldade na obtenção da informação necessária à elaboração dos mapas de reporte à DGAL.

Refira-se que o RFALEI instituiu, com o seu artigo 56.º, instrumentos de controlo para prevenir eventuais desvios aos limites impostos à dívida dos municípios. Este controlo realiza-se através da verificação do grau de execução do orçamento relativamente a uma taxa de referência (85%), quer ao nível orçamental (número 3 do artigo 56.º), quer ao nível patrimonial, nomeadamente quanto ao endividamento (números 1 e 2 do artigo 56.º). Na vertente orçamental, determina o número 3 do artigo 56.º do RFALEI que “no caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas” as seguintes entidades: i) Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais; ii) Presidente do Órgão Executivo; iii) Presidente do Órgão Deliberativo.

Pese embora, o mapa dos indicadores de alerta precoce não esteja disponível no SIIAL constata-se que a taxa de execução da receita em 2020 é inferior a 85%, pelo que se dá conhecimento desta situação.

O PRINCÍPIO E A REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

De acordo com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que estabeleceu o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”. Com a avaliação desta condição, garante-se o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

Destarte, quanto à regra do equilíbrio orçamental, prevista no aludido artigo, consta-se que a Prestação de Contas de 2020, observa o seu cumprimento.

Sem prejuízo do aludido e por força do plasmado no artigo 7.º da Lei n.º 6/2020 de 10 de abril “no ano de 2020 é suspensa a aplicação do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.”

Receita Corrente Cobrada Bruta (1) + Saldo de Gerência aplicado em despesa corrente	9 348 774,25 ¹
Despesa Corrente Paga (2)	8 682 736,09
Amortização média de Empréstimos (3)	592 387,71
Despesa Corrente + Amortização Média (4)=(2)+(3)	9 275 123,80
REGRA EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (5)=(1)-(4)	73 650,45

Tabela 28 – Cálculo da regra de equilíbrio orçamental

AMORTIZAÇÕES MÉDIAS DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO PARA 2020

O valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo para 2020, encontra-se demonstrado no seguinte quadro e cumpre o disposto do constante do n.º 4 do artigo 40.º, conjugado com o artigo 83.º da RFALEI, este último que se transcreve na íntegra – “Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à **data da entrada em vigor da presente lei** pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.” Deste modo, considerando que a RFALEI entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, tem-se por data de referência no cálculo do capital em dívida, a data de 31 de dezembro de 2013:

¹ N.º 5 do artigo 40.º da Lei n.º. 73/2013, de 03/09

Caracterização do Empréstimo	Data Contratação Empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Anos que faltam	Capital		Data das Amortizações	Capital em Dívida a 31-12-2013	Amortizações médias dos empréstimos em 31/12/2013	Obs.
					Contratado	Utilizado				
Caixa Geral de Depósitos	19/05/2005	15 Anos	8	7	622 246,00	465 272,25	19-05 e 19-11	265 206,16	37 886,59	
Banco BPI, SA	16/02/2006	15 Anos	7	8	84 915,00	82 656,34	10-01 e 10-07	57 138,31	7 142,29	
Banco BPI, SA	27/12/2005	15 Anos	7	8	250 000,00	158 954,80	19-01 e 19-07	105 969,76	13 246,22	
Banco Santander Totta, SA	05/07/2001	20 Anos	12	8	517 069,67	517 069,67	04-06 e 04-12	260 141,36	32 517,67	
Banco BPI, SA	30/07/2001	20 Anos	11	9	33 454,82	33 454,82	14-02 e 14-08	17 702,46	1 966,94	
Banco BPI, SA	21/11/2006	15 Anos	6	9	350 000,00	150 000,00	08-03 e 08-09	108 355,82	12 039,54	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro, CRL	23/03/2012	10 Anos	0	10	1 099 999,01	1 099 999,01	janeiro-abril- julho-outubro	1 099 999,01	109 999,90	Só começa a ser amortizado em Janeiro de 2014
Caixa Geral de Depósitos	21/03/2012	10 Anos	0	10	790 840,55	790 840,55	janeiro-abril- julho-outubro	778 358,51	77 835,85	Amortização extraordinária
Caixa Geral de Depósitos	06/05/2009	15 Anos	4	11	950 000,00	748 842,00	06-05 e 06-11	655 236,75	59 566,98	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Centro, CRL	15/05/2009	15 Anos	4	11	950 000,00	100 000,00	15-05 e 15-11	87 499,99	7 954,54	
Banco BPI, SA	11/05/2010	15 Anos	3	12	320 000,00	265 372,00	28-02 e 28-08	265 372,00	22 114,33	Só começa a ser amortizado em 2014 em 28 de Fevereiro
Restantes empréstimos (art.º40º, nº4, do RFALEI)		Prazo de Vencimento do Contrato (em anos)								
Direção Geral do Tesouro e Finanças - DGTF	16/11/2012	15	2 443 240,29		2 443 240,29	2 443 240,29	maio-novembro	1 710 268,20	114 017,88	1 amortização
Direção Geral do Tesouro e Finanças - DGTF	16/11/2012	15					maio-novembro	732 972,09	48 864,81	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15	1 052 441,50		221 204,34	221 204,34	abril-outubro	221 204,34	14 746,96	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15					abril-outubro	327 830,54	21 855,37	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15					abril-outubro	55 681,37	3 712,09	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15					abril-outubro	32 140,74	2 142,72	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15					abril-outubro	23 744,76	1 582,98	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	15					abril-outubro	30 558,08	2 037,21	
BEI - Agência Desenvolvimento e Coesão	05/06/2019	13	22 558,50		15 039,00	15 039,00	abril-outubro	15 039,00	1 156,85	Só começa a amortizar em 2022
Total					8 434 323,84	6 870 740,73		6 850 419,25	592 387,71	

Tabela 29 – Valor das amortizações

11 – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A norma 27 do SNC-AP, incluída no anexo II do DL nº 192/2015, visa prosseguir os objetivos já anteriormente manifestados no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), de desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas. Esta norma define os requisitos gerais para o subsistema de contabilidade de gestão, e enumera os requisitos mínimos obrigatórios para o conteúdo e divulgação de informação.

As autarquias locais têm uma relevância cada vez maior na qualidade de vida de cada cidadão, quer pela proximidade, quer pela capacidade de responder de forma célere e eficaz às necessidades evidenciadas por estes. Todavia, o acréscimo das necessidades das populações, e das competências que o Estado Central tem vindo a transferir para as autarquias, tem colocado desafios constantes à gestão, dado que esta nova realidade nem sempre é acompanhada pelo aumento dos recursos disponíveis. A análise efetuada no presente relatório foi elaborada nos termos do DL nº 192/2015, de 11 de setembro que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), cumprindo o preceituado na NCP 27 que estabelece *“a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação”*.

O ano de 2010 marcou o início da implementação da Contabilidade de Custos (presentemente de Gestão) no Município de Tábua, nesse sentido o Município tem vindo a desenvolver um processo de harmonização contabilística, de transparência e de economia, eficiência e eficácia na gestão da Administração Pública beneficiando a boa gestão dos recursos públicos e no processo de tomada de decisão e melhoria do desempenho organizacional.

No exercício de 2020, continuou-se a utilizar e aprofundar um sistema de Contabilidade de Gestão que visa a possibilidade de apurar os gastos do Município, por Funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços. Para efeitos de análise, apresentam-se os quadros e gráficos que disponibilizam informação sobre a distribuição dos gastos do Município.

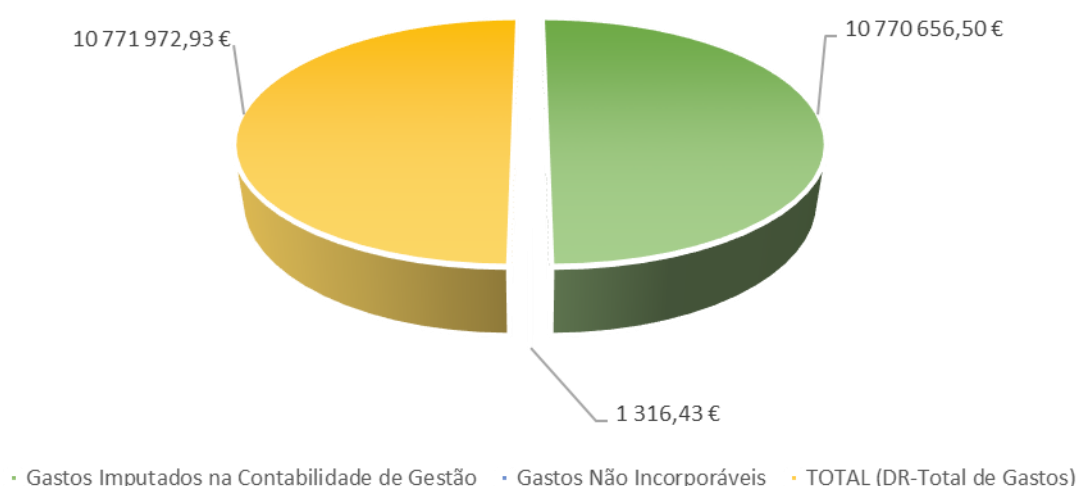
Foi efetuada uma análise de forma comparativa entre as várias Funções, de modo a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos gastos Municipais.

Tipo de Gastos	Valor
Gastos Imputados na Contabilidade de Gestão	10 770 656,50 €
Gastos Não Incorporáveis	1 316,43 €
TOTAL (DR-Total de Gastos)	10 771 972,93 €

Tabela 30 – Gastos Imputados e Gastos Não Incorporáveis Contabilidade de Gestão

Os gastos municipais foram todos analisados pela Contabilidade de Gestão, mas dos Gastos apresentados na Demonstração de Resultados o valor de 1.316,43 € foi considerado como “não incorporável” por se tratar de operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas funções apresentadas. Desta forma, apenas 0,01% dos gastos foram considerados não incorporáveis. Todos os dados apresentados foram retirados do *software* Sistema de Normalização Contabilística – Administração Pública, módulo da Contabilidade de Gestão.

Gráfico 1 – Percentagem dos Gastos Apurados pela Contabilidade de Gestão



Gastos por Classificação Funcional

A classificação funcional é repartida por quatro grupos de funções principais: funções gerais, funções sociais, funções económicas e outras funções. Dentro destas funções, o plano apresenta diversas subfunções que deverão de ser utilizadas consoante as necessidades dos municípios.

Funções	2020	%
1 Funções Gerais	3 185 822,97 €	29,58%
111 Administração geral	2 580 126,59 €	23,95%
121 Protecção civil e luta contra incêndios	605 696,38 €	5,62%
2 Funções sociais	4 794 984,89 €	44,51%
211 Ensino não superior	2 057 061,50 €	19,10%
212 Serviços auxiliares de ensino	5 961,86 €	0,06%
221 Serviços individuais de saúde	96 478,80 €	0,90%
232 Acção social	239 111,61 €	2,22%
243 Saneamento	466 211,82 €	4,33%
244 Abastecimento de água	124 937,62 €	1,16%
245 Resíduos sólidos	437 622,87 €	4,06%
246 Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	41 008,09 €	0,38%
251 Cultura	463 270,63 €	4,30%
252 Desporto, recreio e lazer	815 971,49 €	7,57%
253 Outras actividades cívicas e religiosas	47 348,60 €	0,44%
3 Funções económicas	2 349 873,92 €	21,81%
320 Indústria e energia	630 632,44 €	5,85%
331 Transportes rodoviários	1 059 557,03 €	9,84%
333 Transportes Fluviais	18 276,65 €	0,17%
341 Mercados e feiras	109 494,57 €	1,02%
350 Outras funções económicas	531 913,23 €	4,94%
4 Outras funções	441 291,15 €	4,10%
410 Operações da dívida autárquica	59 921,46 €	0,56%
420 Transferências entre administrações	233 234,91 €	2,17%
430 Diversas não especificadas	101 601,34 €	0,94%
431 Promoção do Desenvolvimento Económico e Social	30 800,84 €	0,29%
435 Máquinas e Viaturas	15 732,60 €	0,15%
TOTAL	10 771 972,93 €	100,00%

Tabela 31 – Gastos por Classificação Funcional

De acordo com os valores apresentados na tabela 31 procedeu-se a uma breve análise de cada uma das funções.

- 111 – Administração Geral – 2.580.126,59 € – A Administração Geral abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente, os da área administrativa, financeira, tesouraria, património, jurídico, desenvolvimento económico, habitação e urbanismo, educação, acção social, ordenamento do território, planeamento, meio ambiente e obras (particulares e públicas). Também se incluem os edifícios que pertencem aos serviços gerais da autarquia, excluindo-se os que tenham funcional específica.

- 121 – Proteção civil e luta contra incêndios – 605.696,38 € – incluem os serviços vocacionados para a proteção civil, a prevenção e o combate a incêndios e o socorro às populações civis em caso de acidentes e de calamidades, subsídios concedidos a instituições que prosseguem tais objetivos, os edifícios, os serviços e todas as atividades relacionadas com a limpeza das faixas de gesto de combustíveis, limpeza de caminhos e exterminação da vespa asiática. O valor apresentado inclui os gastos com o COVID-19.
- 211 – Ensino Não Superior - 2.057.061,50 € – compreende os gastos inerentes a edifícios escolares (ensino pré-escolar, básico e secundário), bem como, os gastos com os recursos humanos e financeiros necessários ao normal funcionamento das atividades.
- 212 – Serviços auxiliares de ensino - 5.961,86 € – compreende os gastos com as atividades decorrentes da Academia Sénior e de atividades auxiliares de ensino.
- 221 – Serviços Individuais de Saúde - 96.478,80 € – compreende os gastos com a proteção dos colaboradores do Município nos domínios da promoção da saúde, prevenção da doença, tratamento e reabilitação.
- 232 – Ação Social – 239.111,61 € – engloba os gastos com os serviços de ação social e as prestações pecuniárias proporcionadas a beneficiários com necessidades especiais, designadamente deficientes e outras instituições de assistência e de solidariedade social.
- 243 – Saneamento – 466.211,82 € – reflete os gastos com a recuperação, conservação e funcionamento da rede de saneamento, incluindo as estações de tratamento de águas residuais.
- 244 – Abastecimento de Água – 124.937,62 € – reflete os gastos com a recuperação, conservação e funcionamento da rede de abastecimento de água (fontanários).
- 245 - Resíduos sólidos – 437.622,87 € – que compreendem a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

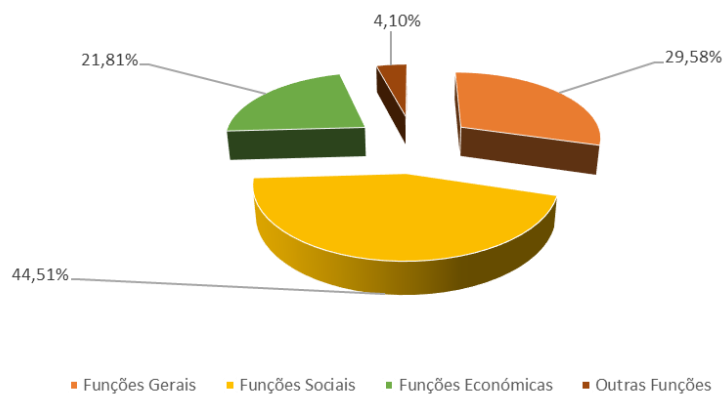
- 246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza – 41.008,09 € – compreende a higiene pública (balneários, sanitários e lavadouros), fiscalização sanitária e cemitérios, serviços veterinários, bem como a proteção, conservação e valorização do património natural.
- 251 – Cultura – 463.270,63 € – compreende os gastos com a biblioteca, centro cultural, coro polifónico, academia artística, bem como a organização ou apoio de atos culturais. Abrange, também, os subsídios ou participações a organizações promotoras de cultura e gastos com os edifícios.
- 252 - Desporto, recreio e lazer – 815.971,49 € – compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer (espaços verdes, parques infantis e parques de merendas). Engloba ainda os apoios e participações a organizações de carácter desportivo.
- 253 – Outras atividades cívicas e religiosas – 47.348,60 € – compreende os gastos com o apoio a organizações filantrópicas, juvenis e outras de carácter cívico e religioso.
- 320 – Indústria e Energia – 630.632,44 € – abrangem os gastos com a construção, manutenção e modernização dos parques industriais bem como a iluminação pública.
- 331 – Transportes rodoviários – 1.059.557,03 € – compreende os gastos com a construção, conservação e limpeza de arruamentos, vias e sinalização e, ainda a beneficiação e conservação de rotundas.
- 333 – Transportes Fluviais – 18.276,65 € – Inclui a construção, modernização e beneficiação de estruturas fluviais municipais.

- 341 – Mercados e Feiras – 109.494,57 € – compreendem os gastos com a conservação e dinamização dos mercados e feiras.
- 350 – Outras Funções Económicas – 531.913,23 € – inclui os gastos com a promoção e divulgação do Concelho, bem como os recursos aplicados nas Juntas de Freguesia.
- 410 – Operações da Dívida Autárquica – 59.921,46 € – respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis.
- 420 – Transferência entre administrações – 233.234,91 € – inclui as transferências efetuadas para outras entidades da administração central, regional e outras (CIM-RC, AREAC, ADXTUR, AICE, ADI entre outras).
- 430 – Diversas não especificadas – 101.601,34 € – tratando-se de uma rubrica de carácter residual engloba os gastos não enquadráveis nas anteriores rubricas.
- 431 – Promoção do Desenvolvimento Económico e Social – 30.800,84 € – inclui os gastos no âmbito de projetos intermunicipais que promovem o desenvolvimento económico e social do Concelho.
- 435 – Máquinas e Viaturas – 15.732,60 € – inclui os gastos com a aquisição e manutenção dos postos de carregamento no âmbito da redução dos impactos ambientais.

Função	Valor	%
Funções Gerais	3 185 822,97 €	29,58%
Funções Sociais	4 794 984,89 €	44,51%
Funções Económicas	2 349 873,92 €	21,81%
Outras Funções	441 291,15 €	4,10%
TOTAL	10 771 972,93 €	100,00%

Tabela 32 – Gastos por Funções

Gráfico 2 – Percentagem dos Gastos por Classificação Funcional



De acordo com a informação apresentada anteriormente, através de tabelas e gráficos, conclui-se que as Funções Sociais continuam a absorver a maioria dos recursos municipais, com aproximadamente 45% dos gastos totais. O volume global de gastos do Município de Tábua, incorporados na Contabilidade de Gestão situa-se nos **10.770.656,50 €**, cerca de **99,98%** dos gastos apurados na demonstração de resultados.